



UÁQUIRI

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia

UÁQUIRI - PPGGEO, v. 1, n. 1, p. 26-42, ano 2019

Home page: <https://periodicos.ufac.br/revista/index.php/Uaquiri>



ISSN impresso: 1806-0218, ISSN online: XXXX - XXX

DINÂMICA ECONÔMICA DAS AGROVILAS DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DIRIGIDOS PEDRO PEIXOTO E HUMAITÁ - ACRE, BRASIL

Matusalém Bezerra Cavalcante, Maria de Jesus Morais^{1,2*}

¹Professora da Universidade Federal do Acre, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Rio Branco, Acre, Brasil;

²Professora do Programa de Pós-graduação em Geografia, Rio Branco, Acre, Brasil. *mjmorais@hotmail.com

Publicado em 2003, v.1, n.1, p.71-89. Republicado em dezembro de 2019

DOI:

RESUMO

Neste estudo, a partir da compreensão do processo de produção espacial das agrovilas Campinas, São Vicente, Humaitá e "V", dentro dos Projetos de Assentamentos Dirigidos Pedro Peixoto e Humaitá, abordaremos sua dinâmica destacando as relações cidade - vila-campo.

Palavras-chave: agrovilas, dinâmica econômica, projetos de assentamento dirigido.

ECONOMIC DYNAMICS OF AGRICULTURAL PROJECTS SETTLEMENT DIRECTED PEDRO PEIXOTO AND HUMAITÁ — ACRE, BRAZIL

ABSTRACT

In this paper we will approach the process of spatial production of Campinas, São Vicente, Humaitá agrovilas and "V" ones and its dynamics from the comprehension of that process. These agrovilas are located in Directed Assentamentos named Pedro Peixoto and Humaitá. We will also show the relations between these tree categories: field-village-town.

Keywords: economic dynamics, settlement-driven projects

DINÁMICA ECONÓMICA DE PROYECTOS AGRÍCOLAS ASENTAMIENTO DIRIGIDO PEDRO PEIXOTO Y HUMAITÁ - ACRE, BRASIL

RESUMEN

En este artículo abordaremos el proceso de producción espacial de Campinas, São Vicente, Humaitá agrovilas y "V" y su dinámica a partir de la comprensión de ese proceso. Estos agrovilas se encuentran en asentamientos dirigidos llamados Pedro Peixoto y Humaitá. También mostraremos la relación entre estas categorías de árboles: campo-pueblo-ciudad.

Palabras clave: dinámica económica, proyectos impulsados por asentamientos.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Na década de 1970, no contexto das políticas públicas dos militares para Amazônia, foram criados os projetos de colonização dirigidos, que tinham como objetivo assentar a população que estava povoando as periferias das cidades acreanas, bem como o excedente da população do Nordeste e do Centro-Sul brasileiro.

Para esta modalidade de colonização, foi pensado um processo de "urbanismo rural". Isto é, a implementação de agrovilas rurópolis e agrópolis, que seriam núcleos urbanos hierarquizados que dariam sustentação para que a população do campo tivesse acesso aos serviços públicos que seriam oferecidos, tais como: saúde, educação, assistência técnica agrícola e outros.

Nos projetos de colonização Pedro Peixoto e Humaitá foram planejadas duas agrovilas (Campinas e Humaitá, respectivamente), com intuito de serem sedes administrativas dos referidos projetos. Foram projetados, ainda, seis núcleos de apoio rural (Nuar), que no PAD Pedro Peixoto correspondem ao Nuar-1, na BR-317, km 70; Nuar-2, na BR-364, no km 39; Nuar-3, na BR-401, km 14; Nuar-4, na AC-40 e Nuar-5, no ramal do Bigode, e no PAD Humaitá, a vila do "V", na linha 1, além dos núcleos planejados, a vila São Vicente é um caso de uma vila espontânea.

As atividades econômicas destas vilas e as suas relações com a zona rural do projeto e as cidades do entorno são o objetivo de estudo deste artigo.

2. OS PROJETOS DE COLONIZAÇÃO DIRIGIDOS

A colonização oficial no Acre inicia em 1970, quando o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), cria o PIC (Projeto Integrado de Colonização) Xapuri. Este modelo de projeto não gerou o resultado esperado e foi substituído pelos PAD's (Projetos de Assentamento Dirigidos). Estes possuem como características o caráter de organização territorial como zona urbana, suburbana e rural, com intuito de oferecer parcelas de terra para a população excedente do Acre, do Centro-Sul e do Nordeste do Brasil, excluídas do processo de modernização da agricultura, bem como regularizar a situação fundiária dos posseiros que se encontravam na terra.

Os PAD's fazem parte do conjunto de estratégias de caráter geopolítico, no que se diz respeito à ocupação amazônica; no caráter econômico, que incentiva o desenvolvimento

econômico na região; e no caráter social, de vez que visa abrigar a população excedente de outras regiões do país. (CAVALCANTE, 1994)

No Acre foram criados cinco PAD's pelo Incra, a saber:

- O PAD Pedro Peixoto, criado em 31 de outubro de 1977, situado em áreas do então município de Senador Guiomard (que com a divisão territorial de 1992, passou a pertencer aos municípios de Acrelândia e Plácido de Castro) e abrigou 4.225 famílias numa área de 317.588 ha.
- O PAD Boa Esperança, que foi criado em 1977 no município de Sena Madureira, abrigou 2.756 famílias numa área de 275.646 ha.
- O PAD Humaitá, que foi implantado no então município de Rio Branco (que com a divisão territorial de 1992 passou a pertencer a Porto Acre) na data de 8 de junho de 1981, abrigou 951 famílias numa área de 63.861 ha.
- O PAD Quixadá, criado no município de Brasília no ano de 1981, abrigou 952 famílias numa área de 76.447 ha;
- O PAD Santa Luzia, que se situa no município de Cruzeiro do Sul, abrigou 829 famílias em uma área de 69.700 km², desde sua criação no ano de 1981. (ACRE, 2000; CEDEPLAR, 1979).

Para os PAD's foram pensados os núcleos urbanos, que se dividem em:

- A agrovila, que é um centro urbano em pequenas proporções que tem como finalidade abrigar aqueles que se dedicam às atividades agropecuárias, garantindo a integração social dentro dos projetos de colonização e oferecendo a infra-estrutura e os serviços de que necessitam para melhor se fixar no campo. Os "rurícolas" (proprietários ou empregados rurais) deveriam trabalhar no lote rural e residir no lote urbano, que por sua vez também deveriam ter espaço para o cultivo de pomares, hortas e criação de pequenos animais;
- A agrópolis, que como um pequeno centro urbano agro-industrial, administrativo e cultural, exerceria o domínio sobre as agrovilas situadas em suas redondezas;
- A rurópolis, um pequeno pólo de desenvolvimento, exercendo diversificadas atividades públicas e privadas para servir a área de influência (agrópolis, agrovilas e hinterland rural). (OLIVEIRA, 1991).

Neste trabalho estudaremos especificamente as agrovilas dos PAD's Pedro Peixoto e Humaitá.

3. URBANISMO RURAL

A vila tinha como finalidade possibilitar às famílias de agricultores a ter sua parcela de terra na zona rural e possuir seu terreno na área "urbana", mantendo assim contato com as oportunidades oferecidas pelas duas localidades. O produtor e sua família teriam, então, acesso à escola, ao atendimento médico, ao correio, a um posto do Inca, à delegacia, ao cartório, a comércios, etc.

Segundo Martine (1987), essa concentração da população em regiões e localidades dinamizando a economia, abriu acesso a novas ocupações sucessivas da fronteira agrícola.

Neste sentido, o Inca criava estratégias de "urbanizar primeiro a região para que as pessoas lá instaladas, realizassem as mesmas prospecções e adaptações necessárias para explorar os recursos" (RACIONERO apud BECKER, 1988, p. 74).

Os núcleos urbanos são implantados de forma planejada para abrigar órgãos públicos, mão de obra e população consumidora, visando criar um ambiente que abrigue empreendimentos comerciais e de serviços. Não podemos nos esquecer, ainda, que essas condições materiais de produção possibilitam a circulação de capital através das melhorias dos meios de comunicação e dos transportes.

Essa infra-estrutura "urbana" das agrovilas é indispensável para o funcionamento das atividades produtivas que atendem, também, às necessidades das massas populares e das relações dos grupos sociais do campo.

As agrovilas apresentam um contraste do rural com o urbano. Dois fatores principais caracterizam a presença da urbanidade. O primeiro leva em consideração a chegada de pessoas que reproduzem o modo de vida urbano, característico das cidades de onde vieram. E o segundo fator por possuir uma estrutura material que oferece recursos energéticos, acessibilidade de informações, habitação em pequenos terrenos, formas de trabalho diferenciadas das do campo, etc.

Essa (pró)criação de um ambiente "urbano" entra em contraste com a tranquilidade proveniente do lugar pacato que a agrovila representa, bem como o processo de (re)produção dos modos de vida rural pelos "ocupantes" da terra, provindos de áreas rurais. Muitos migrantes

provenientes de áreas rurais ou periurbanas mantêm suas tradicionais criações e plantações adaptadas em terrenos baldios ou nos de sua propriedade, reproduzindo um modo de vida rural. Esse choque dos modos de vida urbano e rural leva a agrovila a se enquadrar nos moldes de um território periurbano.

Numa localidade com características periurbanas, o terreno para construção corresponde a uma realidade bastante precisa. O posicionamento numa área estratégica tem grandes possibilidades de beneficiar o acúmulo de rendas. As propriedades que estão localizadas nos melhores locais da agrovila são motivo de prestígio devido a maior viabilidade de utilidade econômica. Os comércios, restaurantes, lanchonetes, órgãos públicos e de prestação de serviços, encontram-se, quase que em sua totalidade, nas entradas das principais vias de acesso a nas partes centrais das agrovilas, localidades com maior circulação de pessoas provenientes de seus arredores.

A agrovila veio a se transformar num local de residência dos funcionários da administração pública local, dos profissionais liberais e dos proprietários de microempresas, bem como aposentados e pessoas que trabalham no campo e que são urbano-residentes.

Segundo o responsável pelos projetos de colonização Pedro Peixoto e Humaitá, José Caetano de Oliveira, apesar de serem frequentes as vendas das benfeitorias nos terrenos nas vilas, existem mais pessoas querendo comprar do que vender. Nisso Sposito (1999, p. 16), esclarece que o "aumento da oferta de terrenos, com ou sem benfeitorias, altera o conjunto dos preços dos imóveis e possibilita a oferta constante de novas mercadorias sempre associadas a novos signos, de formas a que se amplie a demanda."

3.1. As agrovilas dos PAD's Pedro Peixoto e Humaitá Vila Campinas

A vila Campinas está localizada no km 61 da BR-364, com aproximadamente 5 mil habitantes. É o núcleo urbano planejado pelo Incra para ser a sede do PAD Pedro Peixoto, onde se concentra a maior circulação de capital, informação e força de trabalho do projeto de colonização Pedro Peixoto. É um núcleo que oferece oportunidades empresariais e de empregos no setor terciário. O fato dos serviços públicos estarem representados pelo Incra, subprefeitura (do município de Plácido de Castro), secretarias estaduais, delegacia, empresa de saneamento básico, empresa de distribuição de energia elétrica, rodoviária, etc., faz com que o núcleo seja um locus de ação político-ideológico, possibilitando a mobilização de mão-de-obra, comércio e serviço.

3.1.1. Vila São Vicente

A vila São Vicente está localizada no PAD Pedro Peixoto, que embora não seja uma vila planejada, pertence a uma área, cuja rede se apresenta segmentada no mesmo centro regional de desenvolvimento por incentivo estatal. Ela é formada por um aglomerado de casas no km 52 da BR-317, contando, ainda, com uma escola, um posto de saúde, uma igreja católica e pequenos comércios de alimentos. Os moradores não têm acesso à energia elétrica e nem saneamento básico.

3.1.2. Vila Humaitá

A vila Humaitá está localizada a 33 km de Rio Branco, ao longo da rodovia AC-10. Ela foi planejada para ser sede do PAD Humaitá, e por isso é chamada de "cidade do Incra". Possui uma população de 4,5 mil habitantes distribuídos em 1.162 lotes "urbanos".

3.1.3. Vila do "V"

Com 802 lotes "urbanos" e com a população de aproximadamente 4 mil habitantes, a vila do "V" foi projetada no cruzamento de quatro ramais, dentre eles a linha 01 que liga a vila do "V" à vila Humaitá. Esta é a vila onde se encontra a maior concentração de camponeses de todas as vilas pesquisadas. Eles vêm fazer compras, trabalhar, estudar, etc. O fato da vila ter a única escola estadual que oferece ensino médio de todo o projeto Humaitá faz com que os jovens, tanto da vila Humaitá quanto do entorno rural, desloquem-se diariamente através de ônibus escolares. Além disso, a vila recebe grande quantidade de pessoas que vem de Rio Branco nos finais de semana. Eles vêm pelo fato de ter um lote de terra no campo ou para visitar amigos e parentes, e para isso passam pela vila. Essa vila oferece, ainda, um balneário e uma festa de rodeio uma vez por ano.

3.2. O perfil dos moradores

Segundo Nascimento (1985, p. 60), depois da criação dos projetos de colonização, eles

[...] passam a receber colonos absolutamente descapitalizado em seu local de origem; desempregados urbanos sem experiência na área rural; bem como

pequenos proprietários que vêm na "nova fronteira" uma possibilidade de expansão de seus empreendimentos agrícolas. Eles guardam uma característica comum: seu padrão de subsistência é diferenciado de toda região, ele implica numa expectativa modernizante, tanto a nível do trabalho propriamente dito, como de habitação e hábitos alimentares [...] (grifo nosso)

Muitos dos moradores antigos que permanecem nas vilas, no momento que chegaram nos projetos de colonização, ganharam sua parcela de terra na área rural e outro na área "urbana" que iria se formar. Eles provinham (e ainda provém) de centros urbanos e áreas rurais de várias partes do país, inclusive do próprio Acre. Muitos conheceram as vilas através de visitas propositadas em conhecer uma nova oportunidade de trabalho e espaço para prestar serviços ou oportunidade para montar um estabelecimento comercial.

Das pessoas que entrevistamos, a maioria é representada por novos moradores que chegaram cerca de 5 anos atrás em diante. Já os antigos moradores, que vivem nas vilas mais de 15 anos, fizeram parte de uma pequena parcela dos entrevistados. A maioria dos entrevistados vive no mesmo lugar desde que chegaram.

Poucas dessas famílias que chegam conseguem se adaptar à realidade de uma agrovila, procurando, em seguida, um novo local para sobreviver, em especial as periferias de Rio Branco, capital do Estado. Elas vem do campo, da floresta ou de outras cidades (ou vilas), com intuito de trabalhar nas vilas em atividades tipicamente urbanas, e não conseguindo se deslocam para Rio Branco.

Com respeito aos motivos que os levaram a se fixar nas vilas, a maioria dos entrevistados estava devido ao baixo preço dos imóveis e da possibilidade de encontrar um sustento. É muito corriqueiro os comentários de que as agrovilas oferecem oportunidades de trabalhos.

Uma pequena parcela da população das agrovilas é formada por pessoas que passaram boa parte de suas vidas nas zonas rurais, acreanas ou não, migraram para Rio Branco, e não conseguindo se adaptar aos transtornos "urbanos", resolveram procurar a tranquilidade, que ainda é característica nas agrovilas. Muitos dessas pessoas são aposentados, que associam a tranquilidade com as oportunidades de trabalho para os filhos.

Grande parte dos comerciantes e proprietários de imóveis faz parte dos novos "ocupantes". Muitos se estabilizaram economicamente e não pretendem voltar de onde vieram. Contam que o Acre é uma "terra de oportunidades".

Dos moradores entrevistados, a maioria possui renda familiar de até três salários mínimos. Em grande parte dos casos, crianças, idosos sem aposentadoria e doentes inválidos dependiam da renda de até duas pessoas, dentre eles trabalhadores, aposentados ou pensionistas.

4. DINÂMICA ECONÔMICA DAS AGROVILAS

As atividades econômicas, tipicamente urbanas, são aquelas que se desenvolvem nas estruturas urbanas que são avassaladas pelo setor secundário (indústria) e terciário (comércio e serviços).

Segundo a definição do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a indústria consiste em configurar o trabalho e o capital para transformar matéria-prima em produtos semi-acabados ou acabados (bens de consumo ou bens de produção).

A atividade comercial diz respeito à permuta, troca, compra e venda de produtos ou valores visando o lucro.

O setor de serviços compreende o ramo das finanças, profissões liberais, comunicação, transporte, propaganda, administração pública e atividades sociais (educação, policiamento, saúde, etc.). Os serviços são produtos de uma atividade humana que não assume forma de um bem material, apenas satisfaz necessidades. (MORAIS, 2000).

As atividades comerciais e de serviços são representantes maior do modo de vida urbano ou da forma urbana, já que a atividade comercial, junto com a função política, é a essência do urbano (PINTAUD1, 1999). Essas atividades, embora sejam rotina nos núcleos populacionais urbanos, são mitos remanejados do meio agrário e adaptados no urbano junto às atividades não-agrícolas (LEFEBVRE, 1999).

A infra-estrutura franqueada pela administração pública deu relevância à instalação das atividades tipicamente urbanas. Essas atividades econômicas se organizaram na medida em que as novas relações estabeleceram tanto dos trabalhadores migrantes, quanto dos trabalhadores acreanos que procuram exercer um novo modo de vida nessas vilas. Com isso, uma simbiose de funções excepcionalmente exercidas contribui para formulação dessas novas relações de produção, estabelecendo maior proximidade com o imperativo capitalista.

A base econômica das agrovilas dos projetos de colonização Pedro Peixoto e Humaitá apresenta sustentação na produção agropecuária, onde sua organização atual na rede urbana apresenta para o estado do Acre uma ótica global, induzindo o desenvolvimento da pequena propriedade rural na produção agropecuária, reproduzindo outras atividades econômicas sobre

si próprio em meio ao dinamismo comercial com entradas e saídas de fluxos, integradas como parte de um todo.

Como já foi dito, a população migrante, sem opções de trabalho, negociações e moradia em seus locais de origem, vieram para as agrovilas em busca de novas oportunidades sócio-econômicas, uns trazendo capital, estimulando o comércio, e outros trazendo a força de trabalho, fornecendo diversas prestações de serviços e se proletarizando nas agrovilas, tornando-se vítimas da especulação "urbana".

4.1. Atividade industrial

Quase sempre encontramos em núcleos populacionais, mesmo numa localidade não industrial, alguma atividade industrial, mesmo que seja de consumo local como padarias, construção civil etc.

No setor secundário da economia, a vila Campinas possui quatro marcenarias, uma indústria de processamento de palmitos, uma pequena fábrica de confecções, uma unidade beneficiadora de grãos da Seater-GP (Secretaria de Assistência Técnica e Extensão Rural — Garantia de Produção), além das pequenas padarias instaladas nos fundos das residências, formando o setor secundário na vila. A vila possui projetado um distrito industrial com proporções para abrigar possíveis indústrias.

Já a vila do "V" apresenta duas marcenarias e as tradicionais padarias que exercem a função de abastecer a população local.

A vila São Vicente se destaca com os trabalhos artesanais de bordados e confecções que têm desempenhado uma função importante nas atividades de mulheres, como uma estratégia de renda. No entanto, estas indústrias vêm registrando, no seu conjunto, quebras sucessivas de atividade, o que vem originando consequências às mulheres que vivem dessa renda, na qual falaremos mais adiante.

A vila Humaitá possui a única serraria dos dois projetos de colonização, que é pertencente a Funtac (Fundação de Tecnologia do Estado do Acre), três marcenarias, uma unidade beneficiadora de grãos da Seater-GP, uma peladeira de arroz, além de pequenas padarias. É de chamar atenção uma carvoaria instalada na rua Belém, sem a preocupação da poluição causada para os vizinhos e para a própria família.

4.2. Comércio e serviços

O tecido empresarial da região é constituído, predominantemente, por empresas de pouca repercussão regional, reunindo poucas condições favoráveis ao desenvolvimento de novos fatores de competitividade. As vilas rurais proporcionam uma série de serviços e atividades comerciais urbanas destinadas não somente a seus habitantes como também às suas cercanias (COY, 1988). Esses serviços são tanto do setor público quanto privado, sendo que cada serviço corresponde uma clientela a ser atendida, com suas necessidades diferenciadas e com diferentes níveis de disponibilidade (DOLLFUS, 1978).

Qualquer localidade oferece alguma espécie de comércio e de serviços, seja para o atendimento de sua própria população, como é o caso do comércio varejista, dos serviços de recreação, etc. Porém, "são os serviços que ela exporta que lhe define a função econômica." (SINGER, 1998, p. 146). Como as agrovilas não são auto-suficientes, isso determina a sua necessidade de importar serviços de Rio Branco, em particular.

Os serviços oferecidos do setor público são de uso das agrovilas e de sua hinterlândia, havendo a necessidade de aprimorar os recursos de seus equipamentos escolares e de assistência à saúde, por exemplo, tendo em vista atender sua população e a consequência inesperada de surgir uma clientela de fora disposta a usar estes equipamentos.

Nesses últimos anos, comerciantes de bens-de-consumo duráveis (eletrodomésticos, móveis, materiais de construção, etc.), de Rio Branco, investem nas agrovilas aproveitando-se de um novo horizonte para investir e instalando ali filiais. Algumas lojas da capital chegam a trazer seus funcionários para venderem domicílio, facilitando prazo de pagamento e oferecendo rapidez no prazo de entrega, o que traz concorrência ao comércio local ainda pouco estruturado.

Nas pequenas mercearias e açougues, a venda a crédito informal, o conhecido "fiado", torna-se bastante expressivo. Os comerciantes menores . k'ubram mais caro pelo que vendem, para um maior ganho por unidade vendida, visando manter-se no negócio.

Segundo Santos (1994), quanto menor os núcleos urbanos, mais homogêneos a estrutura sócio-profissional. Isso corresponde a vocação ao consumo local, fator que induz a instalação de uma certa tipologia da produção e bens, serviços e comércios.

Como falamos anteriormente, os comerciantes das agrovilas possuem grande dificuldade com a falta de agência bancária que efetue o pagamento dos funcionários públicos e aposentados, uma vez que estes vão a Rio Branco, recebem seus salários e gastam grande parte nos estabelecimentos da capital, a compra de produtos de consumo durável (eletrônicos,

materiais de construção, etc.) e não-durável (vestuário, alimentos, etc.), em detrimento ao comércio das vilas.

Nos dias atuais, embora havendo energia elétrica, as notícias da capital só chegam através dos programas de rádio, já que os televisores, são interligados a antenas parabólicas que só recebem notícias dos grandes centros urbanos do Brasil. Com isso, a população local não fica a par dos concursos públicos, promoções comerciais, eventos, oportunidades de ganhos diminuem nas cidades vizinhas, etc. Isto distancia as vilas da realidade regional e o intercâmbio entre a rede urbana, o que desprivilegia as relações econômicas de comércio e de serviços exercidas pelos trabalhadores das vilas.

Nos projetos de colonização são estabelecidas interativamente entre técnicos regionais, locais e produtores agrícolas, as tipologias dos produtos a serem cultivados, considerando a diversidade de propriedades existentes e suas funções produtivas. Os reflexos dessa determinação são apresentados nas feiras, armazéns e cerealistas das vilas que comercializam com as mercearias, cooperativas, indústrias e supermercados de Rio Branco, ou até mesmo direto ao consumidor, como é feito na feira livre realizada no pátio do armazém da Seater-GP, na vila Campinas.

Essa forma de comercialização direta ao consumidor foi uma nova forma de se recuperar da crise que o setor agrário da região vem sofrendo. Os pequenos produtores buscam agregar valor ao produto na comercialização. Uns participam da feira, outros vendem frutas diretamente nas residências, outros vendem leite para a mercearia, e os mais prósperos tem seu próprio açougue ou mercearia na vila. Isso faz com que os produtores mantenham uma relação mais íntima com a agrovila, dividindo as atenções com a produção rural e a comercialização.

As mulheres e os homens das agrovilas mantêm, ainda, suas ocupações em órgãos públicos como professores, serventes, assistentes administrativos; ou como "profissionais liberais" como empregadas domésticas, lavadoras de roupa, costureiras, mecânicos, cabeleireiros, etc.

No setor de comércio e serviços, a vila Campinas possui delegacia, cartório civil e eleitoral, subprefeitura, lojas de confecções, uma loja de móveis, restaurantes, mercearias, um hotel, lanchonetes, bares, etc. além da presença de pequenos comerciantes, que trabalham em instalações fixas, onde vendem em pequenas proporções, adaptando-se às entradas insuficientes e irregulares de dinheiro.

A vila do "V", pelo fato de haver essa grande movimentação de pessoas, fez com que ela apresentasse uma variedade de comércio e serviços particulares bem mais prósperos do que

nas outras vilas pesquisadas. Ela possui restaurantes, açougues, mercearias, sorveterias, etc., além de uma loja de móveis e eletrodomésticos, filial de uma empresa da capital e a única agência dos correios e a única escola de ensino médio de todo o projeto Humaitá.

O setor de comércio e serviços na vila Humaitá está em volta de um posto de saúde, duas escolas de ensino fundamental, um posto policial, uma unidade do Inera, etc., possuindo ainda lojas de confecção de roupas, mercearias, açougues, loja de material de construção, etc.

Neste setor, a vila São Vicente conta com uma escola e um posto de saúde e pequenos comércios de alimentos. Entretanto, esta vila apresenta uma particularidade que não foi encontrada em nenhuma das outras vilas: uma associação organizada por mulheres. Esse trabalho começou na década de 1980, com a chegada das freiras italianas, que através da igreja ajudou famílias de colonos a encontrarem recursos para resolverem suas problemáticas econômicas com a formação de um grupo que trabalhava com corte, costura, artesanato, pintura em guardanapos, plantios comunitários, criação comercial de galinha caipira, além de oferecer cursos de saúde, para aumentar a renda familiar e reivindicarem juntamente com os homens as soluções das problemáticas do campo. Esse grupo está perdendo força desde que a organizadora, a italiana conhecida como Pia, voltou para a Itália. Até hoje Felismena Félix, uma das mais antigas moradoras da vila, recebe cartas e quantias em dinheiro dessa freira.

4.3. Atividade informal

As agrovilas apresentam grande complexidade nas situações de trabalho/ocupação em atividades que poderão ser designadas por não formais, nomeadamente as que se referem a trabalho por conta própria, trabalho ao domicílio e trabalho a tempo parcial, muitas vezes em atividades de baixo nível de remuneração e que configuram a existência de situações de subemprego. Enquadra-se particularmente nessa situação o trabalho domiciliário. As situações de pluriemprego ocorrem principalmente na indústria da construção civil e nos serviços, apresentando-se a agricultura como a segunda atividade mais frequente. Nestas condições, a taxa de desemprego não permite refletir situações existentes de sub-emprego.

De acordo com as informações dos moradores, Campinas é a única vila que apresenta comércio informal internacional. A curta distância entre as vilas Campinas e Montevidéu (Bolívia), faz com que seja frequente a presença de ambulantes daquela localidade, praticando tal comércio com a venda de bugigangas asiáticas, aventurando-se a ganhar dinheiro em território brasileiro.

4.4. A Pluriatividade nos assentamentos

Nos assentamentos rurais ou urbanos, a pluriatividade aparece por meio da combinação do trabalho externo de membros da família com o trabalho agrícola ou nas atividades tipicamente urbanas (ALENTEJANO, 1999). Considerando as agrovilas como áreas periurbanas, há uma plurifuncionalidade no uso do solo e uma pluriatividade das relações de trabalho (SCHNEIDER, 1999). A pluriatividade potencializa essa diversidade social e espacial, pois ela é um dos principais atributos dos espaços periurbanos.

A pluriatividade não constitui um processo de abandono da agricultura e do meio rural; ela expressa uma estratégia familiar adotada, quando as condições o permitem, para garantir a permanência no meio rural e os vínculos mais estreitos com o patrimônio familiar (WANDERLEY, 2001).

As agrovilas fazem parte de um rural desruralizado pela adaptação à estrutura urbana, onde apresentam novas formas residuais de viver. Essa nova realidade é associada a uma recusa radical do que o rural ainda é entre nós, como lugar de privações e insuficiências, formulando uma recusa sem que as características de seu habitat se afirmem como urbanas (MARTINS, 2001). Para perceber a significação deste processo basta relevar a realidade das vilas rurais e perceber que são raras as famílias que se dedicam em tempo exclusivo às atividades agrícolas, ao mesmo passo das atividades rurais exercidas por habitantes "urbanos".

Os trabalhos temporários são comuns nessas vilas para a prestação de diversos serviços. Em Campinas, por exemplo, há uma recente opção para muitos jovens do campo para ganhar uma renda. Para isso deslocam-se diariamente para trabalhar na usina de asfalto localizada próxima à vila na BR-364. Além disso, as vilas oferecem outras oportunidades de trabalho para os trabalhadores pluriativos, como as marcenarias ou outros empreendimentos da vila. Conforme Graziano (1997), essas características enfatizam os trabalhos sobre o novo rural, na mesma medida em que muitos jovens das vilas buscam alternativas agrícolas nas pequenas criações e plantações, mas não há nenhum trabalho da extensão para estas atividades. A terra é um fator escasso.

Muitas das famílias do campo que construíram casas nas vilas, o fizeram devido aos jovens que trabalham e/ou estudam na zona "urbana", enquanto os outros integrantes da família continuam se dedicando à atividade agrícola em suas parcelas de terra no projeto. Essa moradia na vila vem a ser um motivo de deslocamento diário ou semanal da propriedade rural para a

urbana (e vice-versa), ajudando a manter uma maior relação plurifuncional e plúriativa da família.

5. O DESLOCAMENTO CAPITAL-VILAS-CAPITAL

O fácil acesso ao transporte rodoviário coletivo, a melhoria das estradas e as caronas dadas pelos funcionários do Incra e da Seater-GP, favorecem os deslocamentos sistemáticos à cidade. O preço do transporte aumenta menos que os demais fatores de produção e o baixo custo das viagens possibilitam às pessoas adquirir bens e serviços que não tem acesso nas vilas ou procurando preços mais atrativos.

A falta de agência bancária nas vilas, bem como outros serviços, acaba prejudicando o comércio local. Servidores públicos, empresários da região, aposentados e pensionistas, quando vão a Rio Branco receber ou utilizar algum serviço, fazem suas feiras mensais nos comércios na capital, além de aproveitar a oportunidade para comprar as "últimas novidades" de roupas e calçados nas lojas. Eles voltam para a vila com pequenas proporções monetárias para pagar os débitos acumulados nas mercearias e passar o resto do mês.

É grande a vontade de possuir a moda sugerida pelos programas de televisão, de assistir os novos lançamentos de filmes, de comprar os lançamentos dos cantores preferidos. Essas novidades chegam mais rápido nas maiores cidades, e a população das vilas com maiores recursos financeiros sentem necessidade de se deslocar periodicamente para esses centros de consumos.

Santos (1997), assevera que:

Quem não pode mover-se periodicamente para obter os novos itens de consumo que a publicidade lhe insinua, acaba saindo de vez. Temos aí um novo motivo para aumento no número de migrantes para os maiores centros. A Migração em última instância, é, sem paradoxo, consequência também da mobilidade. Quem pode, como já mencionamos, vai consumir e volta ao lugar de origem. Quem não pode locomover-se periodicamente, vai e fica [...]

Na vila São Vicente, no projeto de colonização Pedro Peixoto, essa situação se encaixa de modo mais pertinente. A falta de acessibilidade dos moradores a bens, serviços e energia elétrica, faz com que o desejo de morar na cidade seja maior. A falta de pavimentação da via de acesso faz com que no inverno seja quase impossível vir à cidade em um caso de emergência.

Principalmente, jovens e pessoas de meia idade desejam conseguir uma oportunidade de trabalho na cidade, para ter mais acesso ao conforto tão desejado.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visando analisar e compreender a dinâmica econômica das vilas dos projetos de colonização Pedro Peixoto e Humaitá, e as considerando como mediadoras entre a hinterland e os centros urbanos na absorção e abastecimento de produtos, pode-se constatar que as agrovilas vem alcançando um crescimento progressivo no que diz respeito as atividades econômicas. Com isso, novas formas de relações sociais ocorrem, transcorrendo uma dinâmica que agiliza a relação campo-agrovila, na medida que essas vilas incorporam o ideal de sociedade globalizada.

Constatamos, ainda, que há distinções nas vilas pesquisadas, no que se refere a seus papéis e configuração sub-regionais, que são diferenciados pelas formas de produção, organização do mercado de trabalho e relações sociais próprias, com diferente peso de ação governamental interferindo na gênese e morfologia das vilas.

As atividades econômicas cada vez mais acompanham os centros urbanos no que diz respeito às relações de produção renovadas a cada dia, devido à entrada de capital externo. As agrovilas passam a se constituir pólos de atração para pessoas e empresas de outras cidades, bem como para as do campo, completando-se igualmente a nível local ou sub-regional, propondo uma integração cada vez maior no momento que vai desenvolvendo suas atividades econômicas.

7. REFERÊNCIAS

ACRE. Governo do Estado do Acre. **Zoneamento Ecológico-Econômico**: recursos naturais e meio ambiente. Rio Branco: SECTMA, 2000: il. v. I, II e III.

ALENTEIANO, Paulo Roberto R. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira? In: TEDESCO, João Carlos (org.) **Agricultura Familiar: Realidades e Perspectivas**. Passo fundo: Edupf, 1999.

BECKER, Bertha. **A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

_____. Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia brasileira. In.: AUBERTIN, Catherine (org.). **Fronteiras**. Brasília: UNB; Paris: ORSTOM, 1988.

CAVALCANTE, T. J. da S. **Colonização no Acre: uma análise sócio-econômica do Projeto de Assentamento dirigido Pedro Peixoto**. Fortaleza, 1994. Dissertação (Mestrado em Economia) — Departamento de Economia, Universidade Federal do Ceará.

CEDEPLAR. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da UFMG. **A Migração no Conjunto da Economia Acreana: caso do Acre**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1979. V. II.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A Rede Urbana**. São Paulo: Ática, 1989.

COY, Martin. Desenvolvimento regional na periferia amazônica. Organização do espaço, conflitos de interesses e programas do planejamento dentro da região de "fronteira": o caso de Rondônia. In.:

AUBERTIN, Catherine. **Fronteiras**. Brasília/ Paris: UNB/ORSTOM, 1988.

CRUZ, Tereza Almeida. **Resistência e Luta das Mulheres da Floresta nos Vales do Acre e Médio Purus (1988-1998)**. Rio Branco: Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour, 2000.

DOLLFUS, Oliver. **O Espaço Geográfico**. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL, 1978.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **Do "Manso" ao Guardião da Floresta**. Rio de Janeiro, 1999. Tese (Doutorado em História) — Instituto de Ciências Humanas Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

GEORGE, Pierre. **Geografia da População**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O Novo Rural Brasileiro**. Nova Economia, Belo Horizonte: IE/Unicamp, 1997.

GALVES, Carlos. **Manual de Economia Política Atual**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEGOFF, Jacques. **Por Amor às Cidades: conversações com Jean Lebrun**. São Paulo: UNESP, 1988.

MARTINE, George. Êxodo rural, concentração urbana e fronteira agrícola. In: MARTINE, G. & GARCIA, R. V. (org.) **Os Impactos Sociais de Modernização Agrícolas**. São Paulo: Caretés, 1987.

MARTINS, José de Souza. **Impasses sociais e políticos em relação à reforma agrária e à agricultura familiar no Brasil.** In.: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. Santiago do Chile, dezembro de 2001.

_____. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano.** São Paulo: Hucitec, 1997.

MOLD, Zilá Mesquita. A Política de Desenvolvimento Urbano no Processo de Desenvolvimento Nacional. **Boletim de Geografia Teórica**, Rio Claro. v. 3, n. 5, p. 46-58, 1973.

MORAIS, Maria de Jesus. **Rio Branco (AC), uma Cidade de Fronteira: o processo de urbanização e o mercado de trabalho, a partir dos planos governamentais dos militares aos dias atuais.** Florianópolis, 2000. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

NASCIMENTO, Eloísa Winter do. **Rumo da Terra: Rumo da Liberdade (Um estudo dos migrantes do Sul no estado do Acre).** Florianópolis: 1985. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos.** Campinas: Papirus, 1990.

_____. **Integrar para não Entregar.** Campinas: Papirus, 1991.

PINTAUDI, Silvana Maria. A cidade e as formas de comércio. In.: CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Novos Caminhos da Geografia.** São Paulo: Contexto, 1999.

PRADO, Ney. **Economia Informal e o Direito no Brasil.** São Paulo: LTr, 1991.

SANTOS, Milton. **Por uma Economia Política da Cidade.** SP: HUCITEC-EDUC, 1994.

SILVA, Sílvio Simione da. **A Fronteira Agropecuária Acreana.** Presidente Prudente, 1999. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual de São Paulo.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização.** São Paulo: Contexto, 1998.

SPOSITO, Maria da Encarnação. Espaços Urbanos: territorialidades e representações. In.: SPOSITO, Eliseu Savério (org.) **Dinâmica Econômica, Poder e Novas Territorialidades.** Presidente Prudente: UNESP/FCT: GASPER, 1999.

TEDESCO, Joao Carlos & DALSO, Adelar Carlos. Relações de trabalho informais no conjunto das estratégias de sobrevivência na periferia urbana de Passo Fundo. In.: MORO, Selina Maria Dal et. al. (org.). **Urbanização, Exclusão e Resistência: estudos sobre o processo de urbanização na região de Passo Fundo.** Passo Fundo: Ediupf, 1998.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Uma Nueva Ruralidad em América Latina?** Buenos Aires: Consejo latino americano de Ciencias Sociales, 2001.